

Microcrédito: da iniciativa local ao centralismo estatal

Idalvo Toscano

Economista, mestre em Planejamento Urbano. Funcionário licenciado do Banco Central do Brasil, consultor e pesquisador.

Publicado em: 18/02/2002

INTRODUÇÃO

A elite dirigente brasileira, incapaz de construir uma trajetória própria para o desenvolvimento socioeconômico do país, consagra o discurso da "cultura participativa" que, na realidade, tem como objetivo a ruptura da fronteira entre o "público" e o "privado".

Nessa trajetória, legitima a ação das "empresas cidadãs" que, como por milagre, despertam para sua "responsabilidade social" aportando recursos para as atividades das organizações sociais sem fins lucrativos.

Por ser da própria natureza do capitalismo, essa participação se pauta pela racionalidade econômico-financeira: investimentos sociais são atrativos quando geram possibilidades de marketing, portanto, mais capital: "A LIFELESS-Brasil apoia a preservação dos Povos Indígenas da Amazônia".

Em um perfeito trade off de interesses, o público/privado se fundem em um "Estado Gerencial" cuja responsabilidade se reduz a dois aspectos primordiais: o de facilitador dos interesses do capital financeiro globalizado e o de executor da coercitividade que nunca foi subliminarmente tão poderosa como atualmente.

Não há um espaço público para as iniciativas autônomas quando a centralidade institucional é exercida por bilhões de dólares "navegando" em milhões de megabits por minuto em toda "aldeia" global. Banaliza-se, dessa forma, a política em seu sentido mais profundo – a construção das relações humanas, conseqüentemente, sociais –, submetendo-a à virtualidade do capital financeiro global.

MICROCRÉDITO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO LOCAL

O Estado Gerencial propõe "(...) uma reorientação da política social do Governo Federal, em parceria com a sociedade, deixando de ter um viés compensatório e assistencial, para adotar um viés de indução ao desenvolvimento (...)" (1). Faltou mencionar o viés clientelista, "vício" secular do Estado brasileiro; ou estaríamos equivocados?. Veremos, adiante, como se intenta alcançar tal objetivo.

Possibilitar o acesso ao crédito, ao microcrédito mais especificamente, pode viabilizar, pequenos empreendimentos individuais, mas nunca será suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento socioeconômico local: falta-lhe a necessária articulação com políticas públicas voltadas à promoção do resgate político de imensa parcela da população que vive na informalidade, excluídos, portanto, do mercado capitalista tradicional, quer como produtores, quer como trabalhadores e consumidores.

Sob a ótica de promoção do desenvolvimento local, o microcrédito deve ter como finalidade fomentar a construção de cadeias produtivas voltadas à produção de bens-salários, atendendo

parcela significativa da demanda local.

Não se trata de propor um desenvolvimento local autóctone, mas de aproveitar as vocações e potencialidades locais existentes. Essa concepção implica na construção de um modelo produtivo distinto do convencional: este “cria o mercado” para produtos que, muitas vezes, sequer existem. Na realidade, são empresas cujo foco central não está na produção, mas na “criação” de necessidades de consumo.

Qual o grande desafio do microcrédito? Inverter essa lógica: o mercado “criando empresas” que atendam às suas necessidades locais e promover o intercâmbio produtivo com outras localidades de vocações e potenciais econômicos distintos.

Os produtos do setor capitalista formal trazem consigo muito mais valor agregado, voltados a criar necessidades de consumo, do que o valor de uso que lhes são intrínsecos. Um exemplo simples talvez aclare este ponto tão crucial de nosso argumento: o valor de uso de um sabão é ajudar na limpeza, esteja ele em uma majestosa embalagem ou em um simples saco plástico. Contudo, suas virtudes jamais serão reconhecidas sem que uma estratégia de marketing faça com que o consumidor acredite verdadeiramente na qualidade exclusiva do produto.

Recorrendo à lingüística, diríamos que seu “signo” encontra-se na embalagem que o acolhe: na forma desta, em suas cores, nos efeitos gráficos e nas informações que, subliminarmente, conferem veracidade à decantada qualidade de seu conteúdo. Mesmo que aquelas sejam ilusórias, esse sabão, por certo, será reconhecido pelos consumidores como o melhor de todos os sabões existentes!

Os bens populares prescindem significativamente desses artifícios: sua produção é ditada pelas necessidades objetivas dos consumidores. Um sabão deve servir para uma boa limpeza, não necessitando habitar o imaginário das pessoas com signos que sobrepassem seu real valor de uso.

A inversão da lógica do consumo capitalista se traduz em uma verdadeira revolução cultural: a ideologia que sobrevaloriza o objeto de consumo, é a ideologia dominante que não faz diferenciação de classes e se encontra presente, quer nos setores mais abastados, quer nas classes populares. Esse processo, vai ao encontro da ampliação do mercado de consumo de toda economia representando, assim, a democratização do mesmo.

A construção de uma nova ética de consumo só pode surgir a partir de um ambiente solidário e cooperativo, onde consumidores e suas empresas guardem uma relação umbilical focada nas necessidades objetivas e não na relação destrutiva centrada na acumulação pela acumulação. Por que os pobres não podem ter seu próprio sistema de poupança e empréstimo?

A resposta nos parece por demais óbvia: um sistema de poupança e empréstimo gerido e vocacionado ao atendimento das necessidades dos mais pobres, constitui um terrível perigo para o establishment por representar uma real e efetiva autonomia econômica e política e, portanto, a construção de um campo fértil para o surgimento de uma nova institucionalidade distante do controle e manipulação política do Estado.

O “MODELO” BRASILEIRO PARA O MICROCRÉDITO

O Governo brasileiro optou por tratar o microcrédito em consonância com os interesses do capital financeiro globalizado.

No marco dos debates entre os membros do Conselho da Comunidade Solidária – fórum governamental de interlocução com a Sociedade Civil –, surge o conjunto de resoluções sobre

o microcrédito, que não deixa margem a dúvidas: o microcrédito é visto tão somente como uma extensão do Sistema Financeiro Nacional e, conseqüentemente, portador de todas as distorções que lhe é inerente, reafirmando a centralidade e o controle do Estado sobre as iniciativas autônomas locais. Portanto, o império do Estado sobre a liberdade, a iniciativa e as construções populares.

Silêncio absoluto sobre a vinculação do microcrédito às políticas de desenvolvimento. A “mão invisível” deverá suprir esta lacuna com o Estado, sempre atento à questão social, promovendo as políticas públicas desenvolvimentistas; não tenhamos dúvidas!

“O governo, em situações como esta, sempre entra para atrapalhar, e os programas do governo tornam-se terrivelmente corruptos. (...) Por isto é que digo, se o governo envolver-se na área de microcrédito, torna-se atrativo para ele usá-lo para propósitos políticos”(2). O grifo é nosso.

Perguntamos: será?

CONCLUSÃO

Enfim, a Globalização Financeira chegou aos pobres!

Dizem, do pensamento contra-hegemônico, ser bom em criticar, mas incapaz de formular propostas. De fato, no marco estrito da institucionalidade existente, qualquer proposta teria, necessariamente, que reforçar a iniquidade vigente.

Aceitamos o desafio. Sim, é possível promover o desenvolvimento socioeconômico, a partir da construção de uma nova institucionalidade, mesmo que informal e ainda que em regime de “desobediência civil”: um combate às claras com a velha ordem financeira global. Como extensão do atual sistema financeiro, o microcrédito jamais servirá como mecanismo de combate à pobreza.

Novas formas representativas estão surgindo e se impondo e, com elas, a produção de soluções para o enfrentamento dos problemas a partir da iniciativa dos próprios indivíduos. O resgate da "dívida social" era um dos compromissos do atual governo. A condução da economia foi entregue aos profetas da "modernidade", bronzeados pelo sol de Ipanema ou íntimos dos gabinetes de Washington. Deu no que deu.

Para eles, os postulados neo-liberais estão corretos e, se não dão certo, é porque as instituições republicanas estão impregnadas pelo corporativismo, pela corrupção e flexíveis às pressões políticas, diria um fundamentalista do livre mercado. Os sucessivos fracassos verificados nos países que seguiram o receituário ditado pelas instituições financeiras internacionais, estão expostos, como as chagas do santo calvário, à visitação pública.

Deitam nuvens sobre a verdadeira razão da falência de suas políticas: o poder universal e hegemônico do dólar e do capitalismo financeiro sem pátria. Assim, ficam isentos de responsabilidades pelas vicissitudes por que vimos passando ao longo de uma década.

A estes, caberia submete-los a um tribunal internacional por crimes contra a humanidade! Choremos pela Argentina; nossa hora pode estar mais perto do que possamos imaginar.

Notas

(1) Franco, Augusto de. Depoimento à Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Brasília, Câmara dos Deputados, set/1999.

(2) Yunus, M. – “Apresentação no Grameen Bank em 10 de junho de 2001”; Brasília, mimeo, 2001.